



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 19 de fevereiro de 2013

A CRITICA Falta mão de obra qualificada no Amazonas 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
VALOR ECONÔMICO Indústria e governo discutem, hoje, impacto da nova nota fiscal 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo desafia sindicatos e avança na reforma de portos 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Sem infraestrutura, indústria perde mercados 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O TEMPO PMDB de Minas já admite ficar de fora da reforma ministerial 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Governadores e Congresso vão discutir redivisão de tributos 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Bancada frágil prejudica Zona Franca de Manaus, enfatiza Henrique Oliveira 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Concessões de portos em Santos e Belém podem render R\$ 3 bilhões 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL IG Concessões de portos em Santos e Belém podem render R\$ 3 bilhões 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CENARIO MT STF analisará aproveitamento de crédito de ICMS no processo de exportação 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Falta mão de obra qualificada no <u>Amazonas</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A falta de profissionais especializados no Estado será alvo de fórum promovido pela ABRH-AM, instituições de ensino e entidades

Manaus, 19 de Fevereiro de 2013

Cinthia Guimarães

Áreas específicas como a engenharia são carentes em profissionais no AM (Reprodução /Internet)

A escassez de mão de obra especializada no **Amazonas** tem se tornado um problema para os recrutadores de recursos humanos. Agora o assunto será tratado em um fórum permanente de discussão e soluções, a ser lançado no dia 26 deste mês, no auditório da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**).

Intitulado Pacto da Liderança Sustentável no **Amazonas**, o evento que está sendo coordenado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) vai contar com a colaboração de instituições da área acadêmica,

empresas e entidades de classe. Juntos, os representantes vão trabalhar possíveis soluções para atender essa situação que é considerada muito crítica no mundo corporativo, segundo a presidente da ABRH-AM, Ozeneide Nogueira.

Essa será a primeira missão da nova diretoria da associação para o próximo triênio (2013-2015), que toma posse hoje, às 19h30, no Salão de Eventos Rio Solimões, no Palácio Rio Negro.

“Pela questão da própria formação de mão de obra, a área de tecnologia sempre vai ser a mais crítica. Outra é a engenharia que também é mais difícil encontrar o profissional. Aí você inclui a engenharia civil, naval, computação, mecânica”, avaliou Ozeneide.

(A íntegra deste conteúdo está disponível para assinantes digitais ou na versão impressa).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria e governo discutem, hoje, impacto da nova nota fiscal		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Automação Dúvida principal é se cada tributo deverá ser especificado em comprovante

Daniele Madureira

Em quatro meses, os consumidores brasileiros poderão exercer um direito praticado há tempos por americanos e europeus: saber quanto pagam de imposto sobre um produto ou serviço. Hoje, esse valor está embutido no preço final e não é identificado na nota fiscal de compra. Pela lei 12.741, sancionada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff, os cupons fiscais deverão identificar o valor de sete impostos federais, estaduais e municipais. A lei, no entanto, não deixou claro se o valor de cada tributo precisará ser impresso na nota ou se bastará informar o valor consolidado dos sete impostos. E isso pode fazer muita diferença para a indústria de automação comercial, o varejo e o próprio consumidor.

Segundo apurou o Valor, uma reunião em Brasília vai reunir, hoje, técnicos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletroeletrônica (Abinee) para discutir como deverá ser a implantação da nota fiscal com identificação do imposto. Sete tributos estão envolvidos na lei, que começa a valer em 10 de junho: **ICMS**, ISS, IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins e Cide.

No exterior, os tributos costumam ser somados. Se essa regra prevalecer no Brasil, a mudança será relativamente simples, de acordo com executivos do setor de automação: bastará fazer a atualização do software usado pelo varejista para que o programa envie a informação ao Emissor de Cupom Fiscal (ECF) - equipamento que imprime o comprovante e é homologado pelo fisco.

Proposta da Abinee será que somatória dos impostos ocupe a linha reservada ao "Obrigado, volte sempre!"

Nesse caso, a nota fiscal não mudará de tamanho: os representantes da indústria vão sugerir hoje em Brasília que a informação seja impressa na linha atualmente reservada à propaganda do fornecedor do software ou à tradicional saudação do varejo "Obrigado e volte sempre!". Para fazer a alteração, serão necessários cerca de 60 dias. Por se tratar de uma mudança ditada por lei federal, a expectativa é que

o fornecedor não cobre nenhuma taxa extra do varejista, que também não precisará comprar novos equipamentos.

Mas se os sete impostos tiverem que ser discriminados, a nota fiscal será pelo menos 10 centímetros maior que a atual, o que aumentará os custos de impressão. Mais que isso, seria preciso atualizar cada um dos ECFs que emitem os cupons fiscais, para permitir que a máquina faça esse novo tipo de impressão e cálculo. "É preciso abrir o equipamento, que está lacrado e, para isso, levar técnicos a campo", informou um profissional do setor ao Valor. "Não será rápido, nem barato".

Pela lei, é preciso que a impressão seja concomitante à venda. Ou seja, o equipamento lê o código de barras do produto e, na sequência, faz a impressão no cupom fiscal. "Imagine calcular sete impostos, item a item, de cada produto", disse o executivo. "O software precisa buscar o preço do item, ir às tabelas de cada imposto, que variam conforme o Estado e o município, fazer um cálculo e só então mandar para impressão. É algo muito complexo, o que pode aumentar o tempo do consumidor no caixa", afirmou. Na opinião de outro executivo, o custo da mudança fatalmente seria repassado ao consumidor.

Outro problema, de acordo com especialistas, é que esse cálculo complexo não é exato, o que restringe sua utilização pelo fisco. "É muito difícil calcular todos os impostos com precisão", disse um dos executivos entrevistados pelo Valor. Isso porque os tributos têm peculiaridades: para saber o **ICMS**, por exemplo, é preciso identificar a origem do produto, do fornecedor, se o imposto foi recolhido na ponta ou na origem etc. "No exterior, é muito mais fácil, são 15% ou 20% sobre o valor do produto."

Hoje, todo fabricante de equipamento de automação comercial precisa respeitar um modelo fixo de cupom, que inclui até o tipo da letra adotada. Há uma ordem a ser seguida no documento: a sequência do item (1, 2, 3 etc), o código, a descrição, a quantidade, o sistema tributário (se há substituição tributária) e o valor.

Dessa forma, qualquer mudança de modelo ou inclusão de novas informações no cupom fiscal implica uma homologação do equipamento e do software dos ECFs em todo o país por parte do fisco. Os fabricantes só podem

vender as versões homologadas. O software do varejista também precisa ser homologado pelo fisco, mas sobre esse programa não há um controle tão rígido quanto o existente sobre os ECFs. Por isso, a informação do imposto consolidado, que precisa ser atualizada no software do varejista, não demanda tanto trabalho quanto uma atualização da ECF.

Procurada, a Abinee confirmou a reunião de hoje com os técnicos do Confaz, mas não quis dar detalhes sobre o que

será discutido. Em nota, a Receita Federal disse que "ainda está avaliando se a lei vai requerer alguma regulamentação ou se pela sua redação já é auto-aplicável".

Por meio da sua assessoria, a Associação Brasileira de Super**mercados** (Abras) informou que o departamento jurídico da entidade ainda avalia a medida.



VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
TÍTULO Governo desafia sindicatos e avança na reforma de portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ainda no primeiro semestre, áreas nos terminais de Belém e Santos serão licitadas

PRIVATIZAÇÃO COM DATA MARCADA

Mesmo diante de ameaças de greve e da ocupação de um navio chinês em Santos (SP) por sindicalistas ligados à Força Sindical, o **Governo Federal** deixou claro que insistirá na aprovação da medida provisória (MP) 595 - que altera as

regras para os portos e amplia a participação da iniciativa privada. Além disso, promete licitar áreas nos terminais de Belém e Santos neste primeiro semestre, num passo decisivo para modernizar o setor e aumentar o **comércio** exterior. Antes do anúncio, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reuniu-se com representantes de empresas que defendem a liberalização dos portos.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Sem infraestrutura, indústria perde <u>mercados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O baixo crescimento da economia brasileira no ano passado foi em grande parte explicado pelo fraco desempenho da indústria (retração de 2,7%). Tanto a de transformação como a que fabrica máquinas e equipamentos, os chamados bens de capital, recuaram, com apenas alguns segmentos de ambos os setores conseguindo registrar sinal positivo na curva de **produção**. Em 2013 espera-se uma recuperação, ainda assim tímida em relação ao potencial do **mercado** doméstico. Não é exatamente por falta de demanda que a indústria tem apresentado um desempenho aquém das expectativas. Fatores alheios às empresas contribuíram, mas esse quadro até melhorou com o câmbio menos valorizado, taxas de juros mais alinhadas ao **mercado** internacional e razoável oferta de crédito. A indústria se ressentida da oferta limitada de mão de obra qualificada e sofre com os gargalos na infraestrutura. Mas empresas de outros ramos enfrentam os mesmos problemas, e ainda assim não se retraíram.

A questão parece ser mais complexa. Enquanto não se tem um diagnóstico mais preciso, o governo tem procurado incentivar a indústria estimulando a demanda, com a desoneração de tributos ou oferta de crédito para investimentos por meio dos bancos oficiais. A economia brasileira como um todo investe pouco. Em proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), a taxa de investimento estaria na faixa de 18%, o que põe o país no fim da lista das nações que se destacam no ranking das inversões públicas e privadas (112º lugar numa lista de 120 economias).

No entanto, até bem pouco tempo, ao se detalhar essa taxa, era possível observar que especificamente no que se referia a máquinas e equipamentos a indústria brasileira tinha um patamar de investimentos equiparável até mesmo ao de países asiáticos. O que teria acontecido, então? Como não se trata de um fenômeno isolado, mas do conjunto da indústria, a perda de competitividade do setor não deixa de ser reflexo das contradições da política econômica. O governo começou a apostar no intervencionismo estatal e minou os fundamentos que vinham sustentando a retomada da economia brasileira.

A indústria perdeu posição relativa nas **exportações** brasileiras, especialmente para **mercados** que eram nossos tradicionais compradores de manufaturados, como os Estados Unidos e a Argentina. As vendas de produtos básicos sem dúvida deram um salto, pois nem mesmo o custo **Brasil** foi capaz de anular a enorme vantagem comparativa que o país ainda ostenta na agropecuária e na mineração, por exemplo. Mas indústria não conta com essa margem.

No passado, o câmbio desvalorizado serviu de muleta para equilibrar deficiências estruturais da economia. Não é possível recorrer a esse recurso indefinidamente pelos efeitos negativos que acarreta (inflação). O caminho mais correto é uma expansão substancial nos investimentos em infraestrutura.

	VEÍCULO O TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO PMDB de Minas já admite ficar de fora da reforma ministerial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar de o presidente do PMDB mineiro, deputado federal Antônio Andrade, ainda manter o discurso de que a sigla continua na batalha por uma vaga em um **Ministério**, lideranças do partido já admitem dificuldades para conseguir o cargo. O último balde de água fria foi a antecipação da escolha dos membros da executiva nacional da legenda. Segundo peemedebistas, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), e a presidente Dilma Rousseff (PT) terão tempo para excluir o Estado na reforma ministerial.

"Se depender da executiva nacional, Minas não vai participar. Temer antecipou a eleição para dar tempo de ele e a Dilma fazerem as alterações. Os dois podem ficar à vontade para excluir Minas", disse ontem o deputado federal Saraiva Felipe, durante reunião da executiva estadual. A escolha do novo presidente nacional do partido, que seria feita no dia 23 de março, foi antecipada para o dia 3. "Temos sido, de certa forma, usados em nível de PMDB nacional. Eu continuo pensando que, se não houver uma mobilização maior do que existe hoje por parte do PMDB de Minas, nós não estaremos entrando no mapa político do **Governo Federal**", avaliou Saraiva.

De acordo com Antônio Andrade, porém, a legenda ainda está participando efetivamente das negociações com o **Governo Federal** para ocupar um cargo em um **Ministério**. "Estamos procurando o fortalecimento de Minas junto ao **Governo Federal**. É preciso que se aumente o espaço para Minas", afirmou. Segundo ele, a escolha de um dos nomes dependerá do perfil do **Ministério**.

Ampliação. A presidente Dilma Rousseff deve fazer em março uma reforma ministerial mais ampla do que a prevista inicialmente, para acomodar novos aliados e resolver pendências com antigos parceiros, em um movimento planejado para construir as bases de sua campanha à reeleição.

Empenhada em conquistar apoios, Dilma pode ceder à cúpula do PDT, que reivindica a troca do ministro do Trabalho, Brizola Neto, e atender ao PR, ávido por substituir o titular dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. O PR diz não se sentir representado por Passos.

Os movimentos da presidente têm o objetivo de evitar que apoiadores do PT sejam atraídos por outros candidatos ao Palácio do Planalto. O governo acompanha os passos do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e do senador Aécio Neves (PSDB-MG), possíveis adversários de Dilma Rousseff na disputa do ano que vem, e fará de tudo para impedir a debandada de aliados.

Na última semana, Dilma teve várias reuniões para tratar da reforma na equipe. Conversou com o vice-presidente, Michel Temer, e com os ministros Aloizio Mercadante (Educação), Fernando **PIM**ental (**Desenvolvimento**) e Alexandre Padilha (Saúde). Dias antes, já havia se encontrado com dirigentes do PDT e do PR. (Com agências) 7[NORMAL_A]Brasília.Brasília. A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) disse ontem que o apoio do PSD ao **Governo Federal** não é baseado no "toma lá, dá cá". O comentário foi feito após questionamentos de jornalistas sobre uma eventual destinação de um **Ministério** para a sigla o vice-governador de São Paulo, Afif Domingues (PSD), é cotado para o **Ministério** da Micro e Pequena Empresa.

"Acredito que isso não está na pauta. Nossa conversa interna no partido é que essa não seria uma preocupação do partido", afirmou a senadora.

"Não faríamos uma condicionante ao governo no toma lá, dá cá. Queremos dar esse apoio incondicional naquilo que for bom para o país, independente de **Ministério**", disse.

A senadora ainda brincou com especulações de que poderia assumir o **Ministério** da Agricultura. "Até agradeço. Faz bem para o currículo pelo menos ser citada", afirmou.

Brasília. Segundo um levantamento que a consultoria Arko Advice finalizou na semana passada, o Palácio do Planalto contou com uma média de apoio de 45,85% dos 513 deputados em 2012, contra 54,47% em 2011. Esse número se refere às votações dos projetos de interesse do governo nos dois anos: 83 em 2011 e 54 em 2012.

No Senado, a presidente também viu sua influência ser reduzida de 57,87% em 2011 para 56,32% no ano passado. Os partidos mais leais ao governo no Congresso em 2012 foram, respectivamente, o PT e o PCdoB.

Já a legenda mais desleal foi PR. O poderoso PMDB, que comanda cinco **Ministérios**, além da Vice-Presidência da República e do comando das duas Casas do Congresso, ficou na modesta sexta posição no ranking de adesão ao governo. PMDB e PR reivindicam mais participação na equipe ministerial.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Governadores e Congresso vão discutir redivisão de tributos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Propostas para um novo pacto federativo serão discutidas entre os governadores de todos os estados e do Distrito Federal e os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), em reunião marcada para o dia 13 de março. A reunião, que também deverá ter a participação de líderes partidários, foi anunciada na segunda-feira (18) após encontro dos presidentes das duas Casas do Congresso.

Entre os temas de interesse dos estados, que devem ter prioridade na agenda, estão as novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

O FPE é sem dúvida o tema mais urgente, pois o Congresso tem até o fim de maio para aprovar novas regras de distribuição e evitar a interrupção dos repasses. O prazo inicial para a reformulação das normas, fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), expirou em 31 de dezembro, sem que uma nova lei tenha sido aprovada. Os parlamentares ganharam mais um tempo por conta de liminar concedida em janeiro pelo ministro Ricardo Lewandowski, então presidente em exercício do STF, determinando que as regras em vigor continuem valendo por mais 150 dias.

No encontro de março, deve ser discutido substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) ao PLS 289/11 - Complementar e a outras sete proposições que tramitam em conjunto, que tratam de novos critérios para distribuição dos recursos do fundo. O substitutivo mantém os valores recebidos atualmente pelos estados e, para recursos adicionais, prevê dois tipos de critérios: a população e a renda per capita nominal domiciliar, de acordo com censo do IBGE.

ICMS

Com relação ao **ICMS**, já está tramitando no Senado projeto de resolução do Poder Executivo, que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais desse imposto (PRS 1/2013). Essas alíquotas, que são de 7% nos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) e de 12% nos demais, deverão convergir para 4% até 2025.

A ideia do governo é compensar as perdas com a arrecadação por meio de créditos automático da União em valor equivalente à diminuição das alíquotas, no período de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme estabelece a Medida Provisória (MP) 599/12.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA
	TÍTULO Bancada frágil prejudica <u>Zona Franca de Manaus</u>, enfatiza Henrique Oliveira	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Deputado federal Henrique Oliveira (PR) analisa a bancada de parlamentares do Estado como pequena, desunida e sem comando.

MANAUS – Pequena, desunida, sem comando. Assim o deputado federal Henrique Oliveira (PR) analisa a bancada de parlamentares do Estado do **Amazonas** no Congresso Nacional em um momento crucial para a tentativa de prorrogação do modelo **Zona Franca** de **Manaus**.

Relator do projeto, que garante a vigência do modelo por mais 50 anos, Henrique se diz apreensivo pelo fato de o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), já ter autorizado a formação de uma comissão de 40 parlamentares para avaliar o relatório de Henrique e encaminhá-lo à votação em plenário.

“Neste momento, a nossa bancada deveria se reunir e trabalhar uma estratégia para garantir a chegada do relatório ao plenário de Câmara sem sobressaltos”, afirmou Henrique ao Jornal do Commercio. Em vez disso, prossegue o parlamentar, a bancada teve a sua representação diminuída por conta do impasse em torno do não preenchimento da vaga aberta pelo deputado federal Pauderney Avelino (DEM), que responde pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de **Manaus**.

Leia também:

Reforma tributária ameaça Zona Franca de Manaus, alerta Rebecca Garcia

Governo Federal reafirma apoio à Zona Franca de Manaus na guerra fiscal

A Comissão Especial, nomeada por Maia, deverá ser formada nesta semana pelas lideranças partidárias na Câmara, informa Henrique Oliveira. À esta altura, ele diz que

a bancada de deputados e senadores do Estado deveria se reunir e se articular para influenciar a escolha do parlamentar que relatará a matéria antes do seu encaminhamento ao plenário e a realização de audiências públicas sobre a questão. “Precisamos estar atentos, mas, além de pequena, a nossa bancada não se une e não tem comando”, lamenta.

As duas últimas reuniões da bancada em 2012, informa Henrique, não resultaram em nada, “não foram proveitosas”. Conforme ele, o atual coordenador, senador Eduardo Braga (PMDB), já manifestou sua disposição de entregar o cargo. No entanto, a bancada não reúne para sequer discutir o assunto, comprometendo a luta em favor da prorrogação da **ZFM**. “Nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar assim, como se os interesses individuais preponderassem sobre os interesses coletivos”, protesta ele.

Mais cadeiras

Apesar de tudo, Henrique Oliveira se manifesta a favor da elevação do número de representantes do Estado no Congresso Nacional, à véspera de deliberação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre pleito da Assembleia Legislativa do **Amazonas**. O parlamentar assegura ter informações de que o relatório da ministra Nancy Andrighi, sobre audiência pública ocorrida em 28 de maio de 2012, em Brasília, pedindo a redistribuição das cadeiras dos Estados na Câmara Federal, será votado neste início de ano no TSE.

Ontem (18) a reportagem do JC obteve informação de que o procurador geral da Aleam, Vander Goes, terá encontro com Nancy no próximo dia 21 para tratar do assunto. Se o plenário do TSE votar a favor do **Amazonas**, a representação do Estado na Câmara passará de 8 ou para nove ou dez parlamentares. Na Aleam as cadeiras serão elevadas de 24 para 27 ou 30 deputados estaduais.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Concessões de portos em Santos e Belém podem render R\$ 3 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ao divulgar as 159 áreas de terminais que vão ser licitadas até o final deste ano, o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria de Portos, explicou que considera os dois primeiros leilões estratégicos para a movimentação de grãos e combustíveis.

Portos de Santos e Belém terão investimento de R\$ 3 bi

Considerados estratégicos pelo governo, os dois terminais ganharam prioridade nas 159 áreas em licitação

Ruy Barata Neto

O governo deverá viabilizar investimentos de até R\$ 3,2 bilhões com a licitação de áreas dentro dos portos organizados de Santos e de Belém. Os dois foram eleitos com prioridade da Secretaria Especial dos Portos (SEP) nas licitações de 159 áreas de terminais portuários que deverão ir à leilão até 2017. O total das licitações deve render até R\$ 16,7 bilhões ao governo que integram o plano de R\$ 54,2 bilhões de investimentos previstos para os portos do país nos próximos quatro anos.

Segundo o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, os leilões dos contratos de arrendamentos irão começar pelos portos de Santos e de Belém pela importância "estratégica". Em Belém existem terminais aptos para a movimentação de combustíveis necessários ao abastecimento da região amazônica. "As licitações desses terminais deverão começar no primeiro semestre", afirma Cristino. Pelo menos dez terminais, que já tiveram contratos vencidos, deverão ir a leilão neste primeiro bloco — três em Belém e sete áreas em Santos.

O número total de áreas a serem licitadas foi antecipado pelo Brasil ECONÔMICO em janeiro e ainda dependem da conclusão de estudos de viabilidade econômico-financeira que devem ser concluídos ao longo dos próximos seis meses. Do conjunto das 159 áreas, 42 são novas — ainda não exploradas — e o restante vem de contratos que já venceram ou irão vencer até 2017. A avaliação destas licitações está sendo conduzida pela SEP em parceria com o

Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Segundo Cristino, o cronograma exato dos leilões será montado de acordo com as especificidades de cada uma das áreas, já que as licitações só poderão ocorrer com todos os documentos em dia, entre eles estão os licenciamentos ambientais.

As áreas consideradas mais sensíveis das licitações são as que já tivemos contratos de arrendamentos vencidos ou que estão a vencer dentro de um prazo de 18 meses contados a partir da publicação da Medida Provisória 595 (a MP dos Portos), em dezembro de 2012. Conforme um dos artigos da MP, os contratos de arrendamento deverão ser licitados com antecedência mínima de 12 meses, a partir da data estipulada para o vencimento do contrato.

O governo teme não conseguir cumprir os prazos definidos pela MP. As áreas que já venceram em 2012, segundo a MP, devem ser licitadas dentro de um prazo de 60 dias, mas segundo Cristino, mesmo as áreas prioritárias de Belém e de Santos, que já estão vencidas, ainda não tiveram concluídos os seus estudos de viabilidade econômica. Além disso, o próprio processo de escolha dos novos arrendatários será novo para o governo. De acordo com as novas regras, o vencedor do leilão será a empresa que oferecer maior volume de movimentação de carga pela menor tarifa. Um modelo diferenciada licitação definida pelo maior valor de outorga e que estava em vigor.

A MP, no entanto, está em tramitação no Congresso e pode ser modificada a partir de pressões advindas de diferentes segmentos sociais. Há arrendatários que consideram ilegal a licitação de algumas das áreas listadas no plano. Empresas da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) reclamam direito de prorrogação de contratos que estão na lista do governo para serem licitados. Eles ameaçam entrar na justiça.

De outro lado, trabalhadores dos portos organizados querem impedir autorizações para a instalação de terminais de uso privativo (TUPs) — estes localizados fora dos portos públicos — conforme está definido nas regras da MP.

	VEÍCULO PORTAL IG	EDITORIA	
	TÍTULO Concessões de portos em Santos e Belém podem render R\$ 3 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ao divulgar as 159 áreas de terminais que vão ser licitadas até o final deste ano, o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria de Portos, explicou que considera os dois primeiros leilões estratégicos para a movimentação de grãos e combustíveis

O governo deverá viabilizar investimentos de até R\$ 3,2 bilhões com a licitação de áreas dentro dos portos organizados de Santos e de Belém. Os dois foram eleitos como prioridade da Secretaria Especial dos Portos (SEP) nas licitações de 159 áreas de terminais portuários que deverão ir à leilão até 2017. O total das licitações deve render até R\$ 16,7 bilhões ao governo que integram o plano de R\$ 54,2 bilhões de investimentos previstos para os portos do país nos próximos quatro anos.

Segundo o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, os leilões dos contratos de arrendamentos irão começar pelos portos de Santos e de Belém pela importância "estratégica". Em Belém existem terminais aptos para a movimentação de combustíveis necessários ao abastecimento da região amazônica. "As licitações desses terminais deverão começar no primeiro semestre", afirma Cristino. Pelo menos dez terminais, que já tiveram contratos vencidos, deverão ir a leilão neste primeiro bloco - três em Belém e sete áreas em Santos.

O número total de áreas a serem licitadas foi antecipado pelo **Brasil** ECONÔMICO em janeiro e ainda dependem da conclusão de estudos de viabilidade econômico-financeira que devem ser concluídos ao longo dos próximos seis meses. Do conjunto das 159 áreas, 42 são novas - ainda não exploradas - e o restante vem de contratos que já venceram ou irão vencer até 2017. A avaliação destas licitações está sendo conduzida pela SEP em parceria com o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Segundo Cristino, o cronograma exato dos leilões será montado de acordo com as especificidades de cada uma das áreas, já que as licitações só poderão ocorrer com todos os documentos em dia, entre eles estão os licenciamentos ambientais.

As áreas consideradas mais sensíveis das licitações são as que já tiveram os contratos de arrendamentos vencidos ou que estão a vencer dentro de um prazo de 18 meses contados a partir da publicação da Medida Provisória 595 (a MP dos Portos), em dezembro de 2012. Conforme um dos artigos da MP, os contratos de arrendamento deverão ser licitados com antecedência mínima de 12 meses, a partir da data estipulada para o vencimento do contrato.

O governo teme não conseguir cumprir os prazos definidos pela MP. As áreas que já venceram em 2012, segundo a MP, devem ser licitadas dentro de um prazo de 60 dias, mas segundo Cristino, mesmo as áreas prioritárias de Belém e de Santos, que já estão vencidas, ainda não tiveram concluídos os seus estudos de viabilidade econômica. Além disso, o próprio processo de escolha dos novos arrendatários será novo para o governo. De acordo com as novas regras, o vencedor do leilão será a empresa que oferecer maior volume de movimentação de carga pela menor tarifa. Um modelo diferente da licitação definida pelo maior valor de outorga e que estava em vigor.

A MP, no entanto, está em tramitação no Congresso e pode ser modificada a partir de pressões advindas de diferentes segmentos sociais. Há arrendatários que consideram ilegal a licitação de algumas das áreas listadas no plano. Empresas da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) reclamam direito de prorrogação de contratos que estão na lista do governo para serem licitados. Eles ameaçam entrar na justiça.

De outro lado, trabalhadores dos portos organizados querem impedir autorizações para a instalação de terminais de uso privativo (TUPs) - estes localizados fora dos portos públicos - conforme está definido nas regras da MP.

	VEÍCULO CENARIO MT	EDITORIA	
	TÍTULO STF analisará aproveitamento de crédito de <u>ICMS</u> no processo de <u>exportação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral no tema constitucional tratado no Recurso Extraordinário (RE) 704815, em que se discute a possibilidade de aproveitamento de crédito de ICMS sobre bens de uso e consumo utilizados na cadeia de produção de mercadorias destinadas à exportação. O RE 704815 foi interposto pelo Estado de Santa Catarina contra decisão do Tribunal de Justiça do estado, que admitiu o aproveitamento em favor de uma empresa.

Ao recorrer ao STF, o estado alega que a decisão do TJ-SC violou o artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “a”, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) 42/2003, ao permitir o creditamento imediato dos bens de uso e de consumo utilizados na cadeia de produção de mercadorias destinadas à exportação. Isso porque o dispositivo constitucional isenta do ICMS apenas as operações que destinem mercadorias para o exterior e os serviços prestados a destinatários no exterior. O segundo dispositivo constitucional que o estado entende violado é o inciso XII, alínea “c”, do mesmo artigo 155, segundo qual cabe à lei complementar disciplinar o regime de compensação do imposto.

O ente federativo sustenta que os limites temporais para essa compensação estabelecidos pela Lei Complementar 87/96 não foram respeitados pela decisão do TJ-SC, na medida em que foram assegurados, de imediato, não só a manutenção como o aproveitamento dos créditos decorrentes

das operações de exportação, inclusive aquelas feitas nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Outro argumento é o de que a imposição da correção monetária pela taxa Selic aos créditos anteriores à interposição da ação é descabida, em razão da ausência de previsão legal para tanto.

Para o relator do RE, ministro Luiz Fux, a tese em debate “merece o crivo do Plenário” do STF. Ele observa que o caso é semelhante a outro recurso de sua relatoria (RE 66976), também com repercussão geral reconhecida, no qual se discute o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição de bens do ativo fixo de empresas voltadas para a exportação. “Considero ser necessário o enfrentamento por esta Corte do tema de fundo, com o fim de estabelecer, com a segurança desejada, o alcance da alteração da norma constitucional, para elucidar os efeitos da Emenda Constitucional 42/2003 sobre a Lei Complementar 87/1996”, concluiu.

CF/VP

Leia mais:

09/01/2013 - Aproveitamento de créditos do ICMS em operações de exportação tem repercussão geral